

**Campus Porto Velho Zona Norte**  
**Coordenação do Curso: Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD**

**ANA PAULA DA SILVA OLIVEIRA**  
**KELLY KAROLINE DE JESUS COSTA**

**A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A SOCIEDADE**

**PORTO VELHO/RO**

**2025**

**ANA PAULA DA SILVA OLIVEIRA  
KELLY KAROLINE DE JESUS COSTA**

**A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A SOCIEDADE**

Artigo apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade EaD, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, como requisito para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Professora Ma. Marizete Albino Marta

**PORTO VELHO/RO**

**2025**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Oliveira, Ana Paula da Silva.

A importância dos movimentos sociais para a sociedade / Ana Paula da  
Silva Oliveira, Kelly Karoline de Jesus Costa, Porto Velho-RO, 2025.  
17 f.

Orientador(a): Profª. Ma. Marizete Albino Marta.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão  
Pública EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de  
Rondônia - IFRO, Porto Velho-RO, 2025.

1. Sociais. 2. Movimentos. 3. Direitos. I. Costa, Kelly Karoline de Jesus.  
II. Marta, Marizete Albino (orient.). III. Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. IV. Título.

**Bibliotecário(a) Responsável:** Marlene Fouz da Silva, CRB-11/946 (Campus Porto Velho Zona Norte)

# A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A SOCIEDADE

Ana Paula da Silva Oliveira<sup>1</sup>  
Kelly Karoline de Jesus Costa<sup>2</sup>  
Marizete Albino Marta<sup>3</sup>

## Resumo

O presente artigo visa destacar o panorama geral dos movimentos sociais desde a antiguidade até a atualidade, suas múltiplas transformações, e principais formas de reivindicações no Brasil. Os movimentos sociais têm desempenhado um papel crucial na formulação e implementação de políticas públicas inclusivas no Brasil, especialmente em questões relacionadas a direitos humanos, igualdade social e justiça econômica. A operacionalização desta pesquisa, ocorreu a partir da abordagem qualitativa, amparada pelo levantamento bibliográfico. Os resultados apontaram que movimentos sociais, surgiu para lutar contra a ditadura militar, a mão de obra escrava, exploração dos indígenas, e movimentos sem terras, que lutavam para ter seus direitos garantidos. Desse modo, os movimentos sociais são a luta da sociedade a fim de garantir direitos sociais, liberdade de expressão e indignação ao descaso do poder público em determinadas situações.

**Palavras-chave:** Sociais; Movimentos; Direitos.

## Abstract

This article aims to highlight the general panorama of social movements from ancient times to the present day, their multiple transformations, and main forms of demands in Brazil. Social movements have played a crucial role in the formulation and implementation of inclusive public policies in Brazil, especially on issues related to human rights, social equality, and economic justice. The operationalization of this research was based on a qualitative approach, supported by a bibliographical survey. The results indicated that social movements emerged to fight against the military dictatorship, slave labor, the exploitation of indigenous people, and landless movements, which fought to have their rights guaranteed. Thus, social movements are society's struggle to guarantee social rights, freedom of expression, and indignation at the neglect of public authorities in certain situations.

**Keywords:** Social; Rights; Movements.

---

<sup>1</sup> Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Zona Norte Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD. e-mail: aluno.ifro@provedor.com

<sup>2</sup> Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Zona Norte. e-mail: aluno.ifro@provedor.com

<sup>3</sup> Docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD do Instituto Federal de Rondônia *Camus* Porto Velho Zona Norte. Mestre em Geografia (PPGG/UNIR). e-mail: marizete.marta@gmail.com

## INTRODUÇÃO

A formação de uma sociedade mais democrática no Brasil está intimamente ligada à atuação dos movimentos sociais, que historicamente desempenharam um papel crucial na luta por direitos e na inclusão de grupos marginalizados. Desde a democratização do país, esses movimentos se consolidaram como atores centrais na promoção de mudanças sociais, reivindicando melhorias em áreas como educação, saúde, moradia e direitos humanos. Nesse sentido, os movimentos sociais brasileiros são fundamentais para pressionar o Estado e a sociedade civil a adotar práticas mais inclusivas e participativas, ampliando a cidadania e fortalecendo a democracia (Gohn, 2014).

De acordo com Souza (2018), os movimentos sociais no Brasil se caracterizam pela diversidade de suas demandas e formas de organização, refletindo as diferentes realidades sociais, culturais e econômicas do país. Ao longo das últimas décadas, movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o movimento feminista, o movimento negro e, mais recentemente, o movimento LGBTQIA+, têm demonstrado sua relevância na promoção de direitos e no combate à desigualdade. Esses movimentos não apenas ampliam a participação política, mas também promovem uma maior conscientização sobre as causas estruturais das desigualdades no país (Tatagiba; Galvão, 2019).

No entanto, a atuação dos movimentos sociais enfrenta desafios significativos no Brasil contemporâneo, como o avanço de forças políticas conservadoras, a criminalização de movimentos e a repressão estatal. Esses desafios evidenciam a necessidade de aprofundar a análise sobre como os movimentos podem continuar a desempenhar um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e democrática, mesmo diante de contextos de retrocesso (Alonso, 2020). A crescente polarização política e a disseminação de desinformação nas redes sociais são novos obstáculos que esses movimentos precisam superar para manter sua relevância e capacidade de mobilização (Pinheiro-Machado, 2019).

A relevância desta pesquisa se justifica pela necessidade de compreender o papel dos movimentos sociais no fortalecimento da democracia brasileira, especialmente no atual cenário de instabilidade política e desafios à participação cidadã. O estudo pretende explorar como esses movimentos podem continuar sendo agentes de transformação social, promovendo mudanças estruturais e garantindo a inclusão de grupos historicamente marginalizados.

Pensando nisso, o presente estudo teve como objetivo analisar a importância dos movimentos sociais para a formação de uma sociedade mais democrática no Brasil, com foco nas suas lutas contemporâneas e desafios. Serão abordadas as estratégias utilizadas por esses

movimentos para promover direitos e aumentar a participação política, bem como as barreiras que enfrentam no contexto atual. E para se alcançar esse propósito, fez-se necessário um estudo de modo qualitativo, amparado por levantamento bibliográfico.

Para esta pesquisa consultamos também periódicos como Revista Brasileira de Ciências Sociais, Scielo, e Cadernos CRH, que fornecem um embasamento teórico atualizado sobre o tema dos movimentos sociais no Brasil. Portanto, esta pesquisa busca contribuir para a compreensão do papel dos movimentos sociais brasileiros na promoção de uma democracia mais inclusiva, oferecendo uma análise detalhada de seus desafios e perspectivas no contexto político e social atual.

## **1 MOVIMENTOS SOCIAIS**

Os movimentos sociais são fenômenos essenciais para a compreensão das dinâmicas políticas e sociais contemporâneas. Surgem como respostas organizadas de setores da sociedade que, de alguma forma, se sentem excluídos ou oprimidos pelas estruturas de poder dominantes. De acordo com estudos recentes, os movimentos sociais expressam tensões entre as demandas das classes subalternas e a resistência das elites em ceder ou compartilhar poder, demonstrando sua relevância na disputa por hegemonia social e política (Alonso, 2015).

Nos últimos anos, o Brasil tem sido palco de intensas mobilizações, especialmente após 2013, que marcaram uma mudança significativa nas manifestações populares. Essas manifestações, que começaram como uma demanda por direitos sociais básicos, evoluíram para movimentos mais amplos, incorporando diversas agendas e grupos sociais, mostrando a pluralidade característica dos movimentos sociais atuais (Pinheiro-Machado, 2019). A autora ainda ressalta que esses movimentos contemporâneos não são limitados a causas específicas, mas são uma convergência de lutas por reconhecimento, dignidade e justiça social.

A análise dos movimentos sociais brasileiros também se estende a um contexto histórico mais profundo, revelando sua influência na formação política do país. O estudo das lutas abolicionistas, por exemplo, demonstra como essas mobilizações moldaram a identidade política brasileira, conectando as demandas por liberdade e direitos com os movimentos atuais que lutam por justiça social (Alencastro, 2020). Os movimentos quilombolas e indígenas, por exemplo, são herdeiros diretos dessas primeiras lutas, continuando a reivindicar espaços de participação e reconhecimento.

No campo dos movimentos indígenas, as mobilizações se ampliaram, especialmente em torno da defesa ambiental. A relação intrínseca entre a luta pela terra e a preservação ambiental

é central para entender a resistência indígena no Brasil. Esse movimento é descrito como uma luta contra o colapso ambiental provocado pelo modelo econômico atual, sendo uma voz fundamental na articulação por um futuro sustentável (Krenak, 2019). Assim, os movimentos indígenas se tornam não apenas uma resistência territorial, mas também um apelo global para repensar a relação da humanidade com o meio ambiente.

Os movimentos sociais também podem ser entendidos sob uma ótica performática, onde a dor e a opressão são expostas de forma simbólica nas manifestações. Em recentes estudos sobre protestos no Brasil, destaca-se que essas performances de sofrimento e indignação são, ao mesmo tempo, protestos e formas de construir uma narrativa de resistência comum (Viana, 2017). Esse enfoque performativo sugere que os movimentos sociais têm múltiplas dimensões, incluindo a criação de identidades coletivas e a construção de uma memória social de luta.

Outro ponto relevante é a pluralidade e a fragmentação dos movimentos sociais brasileiros, que se tornaram evidentes nas manifestações de 2013. Diversos grupos, desde conservadores a anarquistas, coexistiram em protestos que mostraram a complexidade das mobilizações contemporâneas. Isso revela a multiplicidade de ideologias e interesses que compõem os movimentos, tornando difícil a sua categorização em uma única direção (Solano, 2016). Essa diversidade reflete a complexa paisagem política do Brasil, onde as fronteiras entre esquerda e direita muitas vezes se misturam nas mobilizações populares.

Além disso, os movimentos sociais no Brasil são frequentemente impulsionados por questões de saúde pública. A epidemia de Zika em 2015, por exemplo, gerou um movimento de mulheres nas periferias que, afetadas pelo vírus, começaram a articular demandas por apoio estatal e direitos reprodutivos (Diniz, 2016). Esse movimento social, embora invisível aos grandes centros, teve um impacto significativo nas políticas públicas, mostrando como crises sanitárias podem gerar mobilizações sociais potentes.

O movimento feminista no Brasil também ganhou força nos últimos anos, especialmente em sua intersecção com questões raciais. O feminismo negro, em particular, destaca-se como um movimento que questiona tanto a opressão de gênero quanto o racismo estrutural. A luta das mulheres negras no Brasil abrange não apenas questões de igualdade de gênero, mas também a busca por justiça racial e econômica, desafiando estruturas de poder profundamente arraigadas (Ribeiro, 2018). Essa interseccionalidade é uma característica marcante dos movimentos sociais contemporâneos.

Outro aspecto central na análise dos movimentos sociais é a afetividade e o desamparo que os impulsionam. Estudos recentes sugerem que os movimentos sociais modernos são, em grande parte, respostas ao sentimento de desamparo gerado pelas crises econômicas e políticas.

A busca por reconhecimento social e afetivo torna-se, assim, um dos motores das mobilizações, evidenciando que os movimentos não estão apenas interessados em demandas materiais, mas também em questões emocionais e identitárias (Safatle, 2020).

Portanto, os movimentos sociais no Brasil são complexos, plurais e em constante transformação. Desde as lutas por direitos civis até os movimentos indígenas e feministas, essas mobilizações têm desempenhado um papel fundamental na redefinição das estruturas de poder e na ampliação dos direitos democráticos. A capacidade desses movimentos de se adaptarem a novos desafios e pressões sociais é o que garante sua continuidade e relevância na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

### **1.1 Movimentos Sociais e a Luta por Direitos**

Os movimentos sociais no Brasil são parte essencial da história do país, refletindo as lutas de diversas camadas sociais em busca de direitos e reconhecimento. Desde o período colonial, passando pelas lutas abolicionistas e as primeiras mobilizações trabalhistas, os movimentos sociais sempre desempenharam um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa.

Segundo Alonso (2015), as mobilizações populares no Brasil têm suas raízes nas demandas por liberdade e direitos fundamentais, como foi o caso dos quilombos, que representaram uma das primeiras formas de resistência organizada contra a opressão colonial. Esses movimentos, ainda que inicialmente dispersos, prepararam o terreno para as mobilizações futuras, que se consolidaram como forças transformadoras na sociedade brasileira. No contexto contemporâneo, o Brasil experimentou um ressurgimento significativo dos movimentos sociais, especialmente a partir dos anos 1980, com o fim da ditadura militar e a redemocratização. Foi nesse período que surgiram importantes movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e movimentos feministas e antirracistas.

Segundo Solano (2016), esses movimentos foram fundamentais para a construção de um novo pacto democrático, que visava incluir setores historicamente marginalizados da sociedade. As demandas por reforma agrária, direitos das mulheres e igualdade racial passaram a ocupar o centro do debate político, trazendo novas perspectivas sobre justiça social e cidadania. A pluralidade dos movimentos sociais no Brasil reflete a diversidade de causas e grupos que se articulam em torno de questões como terra, direitos trabalhistas, igualdade de

gênero e luta contra o racismo. Cada um desses grupos busca, de maneiras distintas, questionar e transformar as estruturas sociais e políticas que perpetuam a exclusão e a desigualdade.

Pinheiro-Machado (2019) destaca que as manifestações que ocorreram no Brasil a partir de 2013 são exemplos dessa pluralidade, reunindo uma ampla gama de demandas, desde o acesso à educação e saúde pública até o combate à corrupção e à violência policial. Essas mobilizações revelaram a complexidade das questões sociais no Brasil, evidenciando que os movimentos sociais atuais são fragmentados e múltiplos, mas igualmente potentes. Um aspecto essencial dos movimentos sociais no Brasil é a capacidade de articular suas demandas por meio de ações coletivas, que incluem protestos, greves e ocupações.

O Movimento Sem-Terra (MST), por exemplo, é conhecido por suas ocupações de terras improdutivas como forma de pressão para a implementação de uma reforma agrária efetiva. Segundo Krenak (2019), a ocupação é uma das estratégias mais eficazes de luta dos movimentos sociais, pois permite a visibilidade de suas demandas e coloca a questão da terra no centro do debate político.

Os movimentos sociais “indígenas também se destacam pela resistência cultural, lutando não apenas por terra, mas pela preservação de seus modos de vida e conhecimento tradicionais, em contraposição ao modelo econômico predatório”. As mobilizações contemporâneas no Brasil também são marcadas pelo uso das redes sociais como uma ferramenta de organização e mobilização. O acesso à internet e às plataformas digitais permitiu que diversos movimentos sociais se articulassem de maneira mais rápida e eficiente, conectando grupos de diferentes regiões do país. Krenak (2019).

Solano (2016), argumenta que as redes sociais desempenharam um papel fundamental nas manifestações de 2013, permitindo que as mobilizações ganhassem uma escala nacional em poucos dias. Além disso, as redes sociais ampliaram a capacidade dos movimentos de resistir à repressão estatal, criando redes de solidariedade e formas de organização que vão além das fronteiras físicas. Outro aspecto importante dos movimentos sociais é sua relação com a política institucional. Embora muitos desses movimentos atuem fora das estruturas tradicionais de poder, muitos também buscam influenciar diretamente a formulação de políticas públicas.

Diniz (2016) argumenta que o “movimento das mulheres afetadas pelo vírus Zika em 2015 é um exemplo claro de como os movimentos sociais podem pressionar o Estado a responder a crises sociais e de saúde pública”. As demandas por direitos reprodutivos e apoio estatal às mulheres afetadas pelo Zika foram impulsionadas por redes de apoio e mobilizações que operaram tanto nas ruas quanto nos bastidores da política, resultando em mudanças significativas nas políticas de saúde pública.

Os movimentos feministas, em particular, têm desempenhado um papel central nas lutas por igualdade de gênero no Brasil. Ribeiro (2018), destaca que o feminismo negro, em especial, tem sido uma força crucial para expor a interseccionalidade entre opressão de gênero e racismo. Segundo a autora, as mulheres negras no Brasil enfrentam uma dupla discriminação, tanto por sua condição de gênero quanto por sua raça, e os movimentos sociais feministas negros têm lutado para que essas questões sejam tratadas de maneira integrada.

Para Ribeiro (2018), a luta das mulheres negras é uma luta por reconhecimento, por dignidade e por uma justiça social que abarque todas as formas de opressão. A luta antirracista no Brasil também ganhou novo fôlego nos últimos anos, especialmente em um contexto global de renovadas mobilizações em torno do movimento Black Lives Matter. No Brasil, movimentos como a Coalizão Negra por Direitos têm articulado uma série de demandas que vão desde o fim da violência policial contra jovens negros até a garantia de políticas afirmativas nas universidades e no mercado de trabalho.

Safatle (2020), observa que esses movimentos têm desempenhado um papel essencial na construção de um novo horizonte democrático, que reconhece a centralidade do combate ao racismo como parte integrante de qualquer projeto de justiça social no país. Para ele, a democracia brasileira não pode ser plena enquanto persistirem as estruturas de exclusão racial. Os movimentos sociais no Brasil também têm sido marcados por uma forte dimensão emocional, mobilizando sentimento de indignação, esperança e solidariedade.

Viana (2017) argumenta que os movimentos sociais são, “em parte, movidos por uma busca por reconhecimento afetivo, que transcende as demandas materiais e econômicas”. Para Viana, as manifestações nas ruas são também expressões de um desejo coletivo por pertencimento e por uma sociedade que valorize as experiências e as vozes dos excluídos. Nesse sentido, os movimentos sociais não apenas lutam por mudanças concretas nas políticas públicas, mas também pela transformação das relações sociais e afetivas.

A relação entre movimentos sociais e o Estado é muitas vezes marcada pela tensão, especialmente em contextos de repressão. No Brasil, a repressão policial contra movimentos sociais é uma constante, especialmente em manifestações que desafiam diretamente as políticas do governo. No entanto, Krenak (2019) ressalta que essa repressão muitas vezes fortalece os movimentos, pois gera uma maior solidariedade entre os participantes e aumenta a visibilidade de suas causas. Para o autor, a resistência frente à repressão estatal é um componente essencial da luta por direitos no Brasil, sendo uma forma de reafirmação da dignidade dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais no Brasil, ao longo da história, demonstram uma capacidade única de se adaptar às mudanças políticas e econômicas. Desde as primeiras mobilizações abolicionistas até as lutas contemporâneas por igualdade de gênero, racial e ambiental, esses movimentos têm se reinventado constantemente, incorporando novas demandas e estratégias de ação. Segundo Pinheiro-Machado (2019), essa adaptabilidade é o que permite que os movimentos sociais continuem sendo uma força relevante no cenário político brasileiro, mesmo em tempos de crise. A autora destaca que, apesar das dificuldades, os movimentos sociais continuam sendo uma fonte de esperança para muitos brasileiros, representando a possibilidade de um futuro mais justo.

Os movimentos sociais também desempenham um papel fundamental na formulação de novas narrativas sobre a história e a identidade do Brasil. Segundo Diniz (2016), os movimentos sociais são responsáveis por trazer à tona histórias de resistência que muitas vezes foram apagadas ou marginalizadas pela narrativa oficial. A luta das mulheres, dos trabalhadores rurais, dos indígenas e dos quilombolas, por exemplo, é parte essencial da história do Brasil, mas raramente é reconhecida como tal nos livros de história. Os movimentos sociais, ao resgatarem essas narrativas, contribuem para uma compreensão mais ampla e inclusiva da identidade nacional.

A capacidade dos movimentos sociais de promover mudanças efetivas na sociedade brasileira está diretamente ligada à sua organização e à sua capacidade de articular alianças com outros setores da sociedade. Safatle (2020) argumenta que a construção de “redes de solidariedade entre diferentes movimentos sociais é um dos principais fatores que garantem sua eficácia”. Para o autor, os movimentos sociais não atuam de forma isolada, mas estão constantemente formando coalizões que aumentam seu poder de barganha e sua capacidade de influenciar políticas públicas. Essas alianças são especialmente importantes em um contexto de crise política e econômica, onde os movimentos sociais muitas vezes precisam se unir para enfrentar desafios comuns.

Por fim, os movimentos sociais são também uma expressão da criatividade política no Brasil. Viana (2017) destaca que as formas de ação coletiva adotadas pelos movimentos sociais brasileiros muitas vezes desafiam as “convenções tradicionais da política institucional”. Ocupações, performances artísticas, intervenções urbanas e o uso inovador das redes sociais são exemplos de como os movimentos sociais no Brasil têm expandido as fronteiras da ação política, criando formas de engajamento e participação.

Essa criatividade é uma das principais características dos movimentos sociais brasileiros, que continuam a se reinventar e a desafiar as estruturas de poder existentes, abrindo caminho para novas formas de democracia.

## **2 O IMPACTOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS**

Os movimentos sociais têm desempenhado um papel crucial na formulação e implementação de políticas públicas inclusivas no Brasil, especialmente em questões relacionadas a direitos humanos, igualdade social e justiça econômica. Historicamente, essas mobilizações foram fundamentais para pressionar o Estado a adotar políticas que atendessem às demandas dos grupos marginalizados, como trabalhadores, mulheres, comunidades indígenas e quilombolas.

Segundo Gohn (2011), a pressão exercida pelos movimentos sociais no contexto da redemocratização do Brasil, a partir da década de 1980, foi decisiva para a criação de uma série de políticas públicas voltadas à redistribuição de renda e à ampliação de direitos sociais. Esse processo não apenas fortaleceu a democracia, mas também ajudou a consolidar uma nova agenda pública, centrada na inclusão social.

Um exemplo claro do impacto dos movimentos sociais na formulação de políticas públicas é a luta pela reforma agrária no Brasil, protagonizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este movimento, ao longo das décadas, conseguiu colocar a questão da terra no centro do debate político nacional, forçando o governo a implementar políticas de redistribuição de terras.

De acordo com Fernandes (2015), a pressão do MST resultou na criação de programas de assentamentos rurais e de políticas de apoio à agricultura familiar, promovendo, assim, uma maior inclusão social e econômica de milhares de famílias que viviam em situação de vulnerabilidade. A reforma agrária, embora ainda limitada, é um exemplo de como a mobilização social pode influenciar diretamente as ações do Estado.

Outro movimento de destaque no Brasil que conseguiu impactar significativamente as políticas públicas é o movimento feminista, que desde a década de 1970 luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres. No campo das políticas públicas, as feministas brasileiras conquistaram importantes avanços, como a criação de delegacias especializadas no atendimento às mulheres e a promulgação da Lei Maria da Penha, que visa combater a violência doméstica.

Para Soares (2019), esses avanços foram frutos de uma longa trajetória de mobilização e diálogo entre os movimentos sociais e o poder público, mostrando que as lutas feministas não se restringem ao campo simbólico, mas também promovem mudanças estruturais nas políticas de proteção e inclusão das mulheres. No campo da saúde pública, os movimentos sociais também desempenharam um papel central na construção do Sistema Único de Saúde (SUS), uma das maiores conquistas sociais do Brasil.

Segundo Paim (2018), a criação do SUS foi “fruto da mobilização de movimentos sociais e profissionais da saúde durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986”. Esses movimentos pressionaram o governo a criar um sistema de saúde universal e gratuito, que garantisse acesso a todos os cidadãos brasileiros. O SUS é, até hoje, uma referência mundial em termos de inclusão e equidade no acesso à saúde, demonstrando o impacto transformador que os movimentos sociais podem ter na formulação de políticas públicas inclusivas. Os movimentos indígenas também são exemplos significativos de como a mobilização social pode influenciar as políticas públicas. Nos últimos anos, esses movimentos têm lutado pela demarcação de terras e pela preservação de suas culturas, em face da pressão do agronegócio e das políticas governamentais que ameaçam suas comunidades.

Segundo Oliveira (2020), a pressão dos movimentos indígenas resultou na criação de políticas públicas voltadas à demarcação de terras e à garantia de direitos territoriais, ainda que os desafios sejam imensos”. A mobilização indígena é um exemplo de como grupos historicamente excluídos podem se organizar para reivindicar seus direitos e garantir sua inclusão nas políticas públicas do país. Além dos movimentos rurais, feministas e indígenas, os movimentos negros também têm desempenhado um papel central na luta por políticas públicas inclusivas.

O movimento negro brasileiro, desde o período da abolição, vem lutando contra o racismo estrutural e pela inclusão da população negra em espaços de poder e de cidadania. A implementação das políticas de cotas raciais em universidades públicas e concursos públicos é um dos maiores exemplos do impacto desses movimentos na formulação de políticas públicas.

Segundo Carneiro (2016), as cotas raciais são um” marco na luta pela igualdade racial no Brasil, promovendo a inclusão de jovens negros no ensino superior e ampliando suas oportunidades de mobilidade social”. As políticas de ação afirmativa são, assim, frutos diretos da pressão exercida pelo movimento negro sobre o Estado. No campo da moradia, os movimentos sociais urbanos também tiveram um impacto significativo nas políticas públicas de habitação no Brasil. Movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) conseguiram pautar a questão do direito à moradia digna, levando o governo a implementar

programas como o "Minha Casa Minha Vida", voltado para a construção de moradias populares.

Segundo Maricato (2014) descreve:

Esses movimentos, ao ocupar terrenos urbanos e pressionar o governo, conseguiram incluir a questão habitacional na agenda pública, resultando em políticas que buscam mitigar o déficit habitacional e garantir o direito à cidade para a população de baixa renda.

Estudos apontam que os movimentos sociais no Brasil também têm sido fundamentais para a criação de políticas públicas voltadas à proteção ambiental. Os movimentos ambientalistas, em conjunto com os movimentos indígenas e rurais, têm lutado contra o desmatamento e a exploração desenfreada dos recursos naturais, pressionando o governo a adotar políticas de preservação e sustentabilidade.

Para Guimarães (2017), a pressão desses movimentos foi crucial para a criação de áreas de proteção ambiental e para a implementação de políticas de combate ao desmatamento na Amazônia. Essas políticas são exemplos de como os movimentos sociais podem atuar na defesa de bens coletivos, como o meio ambiente, promovendo a inclusão de pautas ecológicas nas políticas públicas.

## **2.1 Desafios e Perspectivas Futuras dos Movimentos Sociais**

De acordo com Pólis, Silvio Cassia Bava (2010), às crises que enfrenta os movimentos sociais está associada com a perda do imaginário de transformação social, os indivíduos atualmente estão mais preocupados com o imaginário consumismo, não se preocupam com as transformações que pode haver na sociedade, não se interessam por mudanças significativas no contexto social. Já Maria da Glória (2013), acredita que antigamente as pessoas lutavam para ter direito a ter direito, eram causas sociais que envolviam a todos e não causas individuais para si próprio, o que nos dias de hoje vem diminuindo.

Rudá Ricci (2009), também acredita que os movimentos sociais estão diretamente ligados nas dificuldades de dialogar com uma população que está cada vez mais voltada para o consumismo e fundamentada na religião, o que alimenta a religiosidade de maneira privatista voltada unicamente para a família e ganho pessoal e não para a solidariedade. Para o autor passamos de um paradigma político econômico e social para um paradigma cultural, as motivações que são de ordem individual pessoal e não mais coletivas.

Seguindo esse entendimento, cabe destacar as palavras Rudá Ricci (2009), quando diz que a “relação dos movimentos sociais com o governo é de subordinação e partidarização”. De certo modo, essa relação impacta diretamente na atuação e organização dos movimentos sociais, culminando na discussão sobre as possíveis projeções futuras.

Cássia Silvio Brava Cássia (2010), destaca que no ano de 2003 com o governo Lula houve euforia por parte dos movimentos sociais. Para a autora, Lula era considerado como o próprio movimento social que chegava ao governo, o que significa que a distinção entre governo e movimentos sociais não é mais clara. As lideranças que antes faziam pressão contra o governo, passaram a ser autoridade sobre a que se faz pressão, isso gerou dificuldade de entender a compreensão dos diferentes papéis, o que contribuiu para desarticular a capacidade de pressão dos movimentos sociais.

Por outro lado, o governo Lula criou espaços voltados para consultas, conferências, conselhos, secretarias especiais sobre questão racial, da mulher entre outras. Com isso, lideranças da sociedade civil e movimentos podem se representar, atuar, mas com um poder deliberado. Ivo Lesbaupin (2007), acredita que o governo Lula representou um retrocesso na relação dos movimentos sociais, apesar das diversas conferências que o governo reuniu, as decisões políticas e a voz da sociedade encontram uma grande distância, sendo que o governo cede apenas o que quer. Entretanto alguns sociólogos destacam que também houve grandes conquistas dentre elas pode se destacar o Programa Minha Casa Minha Vida, que não contou com a participação de conselhos, instâncias, e nem o próprio Ministério das Cidades.

Um dos desafios enfrentados pelas perspectivas futuras dos movimentos sociais é a falta de apoio e visibilidade por parte das pessoas e das instituições, resultando em que os movimentos sociais sejam considerados movimentos marginalizados por partes da sociedade e as suas reivindicações sejam ignoradas. Outro fator importante é o declínio dos movimentos sociais, onde muitas pessoas lutam por um objetivo comum, mas não ganham força ao se unirem em prol de um objetivo comum para todos. Além disso, vale ressaltar que os movimentos sociais são reprimidos pelo poder público e atacados pelos partidos de oposição, dificultando a defesa dos seus direitos.

Os movimentos sociais visam estabelecer mudanças na desigualdade social, podendo ser organizados em diferentes causas como direitos civis, igualdade de gênero, justiça ambiental entre outros. Uma das suas características é ser organizada por grupos de pessoas de diversas origens, étnicas, culturais, sociais, religiosas e econômicas. Diante dos desafios enfrentados por falta de apoio do poder público, repressão policial, entre outras, os movimentos sociais visam fazer suas vozes serem ouvidas em prol dos seus objetivos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo podemos concluir que os movimentos sociais têm como objetivo lutar a favor da igualdade, estabelecer direitos e cidadania, de forma justa, conforme os direitos humanos. Realizado por um grupo de pessoas da sociedade se mobilizam em favor de uma causa justa, onde questionam políticas públicas a fim de promover mudanças significativas na sociedade.

Com o passar do tempo, os movimentos sociais sofreram inúmeras transformações, ganharam o apoio da mídia em favor de suas causas dando mais visibilidade, e facilitando a maneira de se mobilizarem e se comunicarem. Entretanto, também enfrentam diversas repreensões por parte da sociedade e do poder público, a violência nas manifestações se torna cada vez mais comum por parte das autoridades policiais, que utilizam a força para sarçar os movimentos sociais.

Com isso, vê-se a necessidade de inovação e conscientização das pessoas em relação aos movimentos sociais, fortalecendo relações e alianças em prol de um bem comum, realizando mudanças significativas em busca de garantir direitos, e a liberdade de expressão.

Com o objetivo de adquirir mudanças sociais, políticas ou de qualquer outra natureza, tendem a questionar demandas ou insatisfação de grupos específicos da sociedade, cobrando do poder público melhorias e mudanças significativas para a sociedade, estabelecendo igualdade de direitos e deveres.

Tem o objetivo de influenciar, políticas públicas, alterar normas sociais, chamar a atenção da sociedade para situações de negligência com a sociedade, defender ou promover interesses políticos.

Como foi possível observar no artigo desenvolvido pelos movimentos sociais, surgiu para lutar contra a ditadura militar, a mão de obra escrava, exploração dos indígenas, e movimentos sem terras, que lutavam para ter seus direitos garantidos.

Por fim pode se dizer que os movimentos sociais são a luta da sociedade a fim de garantir direitos sociais, liberdade de expressão e indignação ao descaso do poder público em determinadas situações.

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2020.

- ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento pela democracia no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- BAVA, Silvio Cássia. **O imaginário da transformação social e os movimentos sociais contemporâneos**. São Paulo: Editora Pólis, 2010.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2016.
- DINIZ, Denise. **Zika: do sertão nordestino à ameaça global**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- FERNANDES, B. M. **O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e lutas pela moradia: a atuação do MTST no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GUIMARÃES, R. P. **Meio ambiente e democracia no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2017.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- OLIVEIRA, João Pedro. **A luta dos povos indígenas no Brasil contemporâneo**. Brasília: Editora UnB, 2020.
- PAIM, Jairnilson. **O que é o SUS**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual**. São Paulo: Planeta, 2019.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. São Paulo: Autêntica, 2020.
- SOARES, Leila. **Feminismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.
- SOLANO, E. **Mascarados: a verdade sobre os protestos que mudaram o Brasil**. São Paulo: Geração Editorial, 2016.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. São Paulo: Leya, 2018.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. **Movimentos sociais e institucionalização: um balanço das duas últimas décadas no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 34, n. 99, 2019.

VIANA, S. **Rituais de Sofrimento**. São Paulo: Boitempo, 2017.